



**PARECER PRÉVIO Nº 74/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10021/2012.**

**Apenso:** Processo nº 10072/2012.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucurituba

**4- Exercício:** 2011

**5- Responsáveis:** Edivaldo Silva Araújo, Prefeito Municipal.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2138/2015-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**8- Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Urucurituba. Exercício de 2011.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais do Sr. Edivaldo Silva Araújo, Prefeito Municipal, exercício 2011, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97.

**10- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 13 de Dezembro de 2016

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº74/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº74/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 74/2016 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10021/2012.**  
**Apeensos:** Processo nº 10072/2012.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucurituba
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsáveis:** Edivaldo Silva Araújo, Prefeito Municipal.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2138/2015-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Urucurituba. Exercício de 2011.

*Irregularidade. Multas. Alcance. Recomendação. Arquivamento.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do exercício de 2011 do Sr. Edivaldo Silva Araújo - Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Edivaldo Silva Araújo no valor de R\$ 2.192,06 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ com fundamento no art. 308, I, “b” da Resolução n. 04/2002 pelo item 39 do Relatório Conclusivo n. 48 – Dicami/CI. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.
- 9.3. **Aplicar Multa** ao Sr. Edivaldo Silva Araújo no valor de R\$13.152,36 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos



**ACÓRDÃO Nº74/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 74/2016 – TCE – Tribunal Pleno)**

Gerais do Estado - SEFAZ com fundamento no art. 308, II do Regimento Interno do TCE/AM, pelos itens 1 e 2 do Relatório Conclusivo n. 48 – Dicami/CI. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

- 9.4. Aplicar Multa** ao Sr. Edivaldo Silva Araújo no valor de R\$8.768,25 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ com fundamento no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 pelos itens 12, 13, 14, 16, 23, 26, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58 e 60 39 do Relatório Conclusivo n. 48 – Dicami/CI. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.
- 9.5. Aplicar Multa** ao Sr. Edivaldo Silva Araújo no valor de R\$8.768,25 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ com fundamento no art. 308, V da Resolução n. 04/2002 pelos item 17 do Relatório Conclusivo n. 48 – Dicami/CI. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.
- 9.6. Considerar em Alcance** o Sr. Edivaldo Silva Araújo no valor de R\$4.819.186,85 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Urucurituba com fundamento no art. 190, I e arts. 304 e 305 do Regimento Interno pelos itens 13, 17 e 23 do Relatório Conclusivo n. 48 – Dicami/CI. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.
- 9.7. Recomendar** ao Sr. Edivaldo Silva Araújo e ao atual Prefeito Municipal de Urucurituba que:



**ACÓRDÃO Nº74/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 74/2016 – TCE – Tribunal Pleno)**

- a) Cumpra os prazos para remessa de dados eletronicamente quanto ao Sistema e-contas e Gefis;
- b) Observe o correto e completo preenchimento das informações nos Sistemas deste TCE/AM;
- c) Observe com mais zelo a Lei de Licitações e Contratos.
- d) Evite a movimentação de grande volume de recursos financeiros em espécie;
- e) Observe com mais rigor as normas brasileiras de contabilidade quanto à correta escrituração e elaboração das demonstrações contábeis.
- f) Observe com maior rigor o que determina o art. 12 da Lei n. 4320/64;
- g) Zele pelo fiel registro das receitas tributárias municipais;
- h) Evite o registro patrimonial de ativos em nome da própria prefeitura nas demonstrações contábeis.
- i) Proceda a instalação, alimentação e manutenção de sistema de controle de bens em estoque;
- j) Proceda aos repasses das retenções previdenciárias dentro dos prazos definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**9.8. Arquivar** e registrar os presentes autos e seus apensos, após o cumprimento das medidas acima, nos termos regimentais;

**10- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 13 de Dezembro de 2016

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público:** Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral